

Irmandade Muçumana pós-Mubarak: discursos e práticas

FERNANDO BRANCOLI

Resumo

Este artigo discute os discursos e as práticas de grupos islâmicos no Egito, especialmente a Irmandade Muçumana, após a queda de Hosni Mubarak. Apoiados em documentos oficiais e entrevistas no país, os autores estabelecem um panorama histórico das relações desses grupos com o governo central.

Palavras-chave: Islã; Primavera Árabe; Egito; Irmandade Muçumana.



Islamic Brotherhood post-Mubarak: discourses and practices

Abstract

This article discusses the speeches and practices of Islamic groups in Egypt, specially the Muslim Brotherhood, after Hosni Mubarak's fall. Based on official documents and interviews in the country, the authors establish a historical overview of the relations of these groups with the central government.

Keywords: Islam; Arab Spring; Egypt; Muslim Brotherhood.

FERNANDO BRANCOLI

Fernando Brancoli
Professor do Centro Universitário La Salle e pesquisador do Centro de Prevenção de Conflitos da Universidade Paris 1. Doutorando em Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantas (UNESP, Unicamp e PUC-SP).

1 INTRODUÇÃO

Em virtude da importância do Egito dentro do mundo árabe, seja pela economia e prestígio cultural, ou mesmo por um imaginário regional sobre o país, os acontecimentos no país possuem marcantes desdobramentos para o entorno. Assim, as revoltas ocorridas no Cairo, iniciadas em 2010 e que culminaram na queda do ditador Hosni Mubarak, são elemento central para uma melhor compreensão das mudanças em curso na região, com consequências ainda pouco estudadas para a arquitetura global. Dentro dessas premissas, o presente artigo pretende analisar o papel de atores islâmicos – muitas vezes considerados fundamentalistas e perigosos para a sociedade internacional – em tais acontecimentos. Nesse caso, irá se focar na Irmandade Muçulmana (IM), um dos principais grupos políticos do país, que elegeu o primeiro presidente pós-ditadura: Mohamed Morsi. Desse modo, as análises irão se focar na transição de um grupo heterogêneo, até então visto como um elemento de ameaça e desordem da região, para uma coligação agora institucionalizada e que pretende atuar segundo os preceitos legais.

2 NASCIMENTO E ATUAÇÃO INICIAL DA IRMANDADE MUÇULMANA NO EGITO

A fim de se compreender alguns pontos expressivos acerca da Irmandade Muçulmana como ator político egípcio no governo Mubarak, durante os protestos iniciados em 2011 e após a queda do presidente, faz-se necessária uma breve apresentação de seu histórico e vertentes de interpretação do islã político. A Irmandade Muçulmana – também referida como Sociedade dos Irmãos Muçulmanos ou Fraternidade Muçulmana – foi criada por Hassan al-Banna em 1928 na cidade de Ismailiyya, no Egito. Em meio ao descontentamento com a dominação pelos britânicos, al-Banna – um professor de escola primária de 22 anos – lidera a recém-criada sociedade religiosa que tinha como objetivo restabelecer a dignidade dos árabes e muçulmanos, cuja situação política teria sido prejudicada pela imposição autóctone do secularismo.

Nesse sentido, a Irmandade Muçulmana tem no centro da sua ideologia a busca pela criação de um Estado islâmico, no qual a lei islâmica (*shari'a*) seja implementada, porém sem se limitar a esse pilar do islã político. Al-Banna entendia a Irmandade não somente nesses termos político-institucionais, mas também como um movimento social mais abrangente, “que mobilizasse os egípcios em torno do islã e criasse as bases da verdadeira liberdade” (PINTO, 2010, p. 148). O repúdio aos modelos impostos pelo Ocidente, a centralidade do islã na vida dos seus membros e a inserção social do movimento serão marcas prevaletentes ao longo de sua trajetória.

Nesse âmbito, a Irmandade Muçulmana passa a ganhar notoriedade e se torna um dos atores políticos mais importantes do Egito somente com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (MITCHELL, 1993), conseguindo adeptos tanto entre a classe média e os servidores públicos como em meio aos trabalhadores urbanos e camponeses. Nesse estágio, al-Banna define o escopo de atuação do movimento que ganhava cada vez mais adeptos no coração do Cairo e que se robustecia em estrutura como: “uma mensagem salafita, uma via sunita, uma verdade sufi, uma organização política, uma associação atlética, uma sociedade educacional e cultural, uma companhia econômica e uma ideia social” (MITCHELL, 1993, p. 14). Essa concepção reflete os primórdios da organização da Irmandade, que, desde seu surgimento na cidade de Ismailiyya, baseava-se na fundação de uma sede, seguida pela concepção de algum outro projeto – uma mesquita, um clube, uma escola, uma pequena fábrica –, que funcionava como um centro para as atividades e para a socialização da comunidade local (MITCHELL, 1993).

Ao se mostrar cada vez mais como uma ameaça ao *status quo* no Egito do rei Faruk I, Hassan al-Banna foi assassinado em 1949 pelo serviço secreto do país. Com a perda do seu grande líder e mentor, a Irmandade Muçulmana optou por apoiar o golpe orquestrado pelo Movimento dos Oficiais Livres, no qual viam um meio para livrar o Egito da corrupção, intrigas internas e intromissão estrangeira que criticavam como características do regime monárquico. Com o êxito do golpe, Gamal Abdel al-Nasser e

seu movimento nacionalista assumiram o poder do país em 1952, com a anuência e esperança de melhorias por parte dos Irmãos Muçulmanos. No entanto, a parceria entre esses dois movimentos políticos durou pouco e Nasser logo começou a reprimir os Irmãos Muçulmanos entendendo-os como um possível foco de oposição.

Os anos de perseguição, prisão, tortura e, por vezes, execução dos membros da Irmandade Muçulmana foram responsáveis por uma divisão interna na organização na qual uma vertente optou pela radicalização e pelo recurso à violência como via de ação e de resistência política. Nesse processo, Sayyid Qutb, membro da Irmandade Muçulmana aprisionado pelo governo de Nasser, despontou como uma liderança ideológica para o movimento a partir das suas reflexões no cárcere. Qutb reforça a compreensão do islã como um sistema que perpassa todos os aspectos da vida dos seus seguidores e que lhes possibilita a liberdade. Conforme o argumento central de Qutb, uma sociedade que se afasta dos mandamentos de Deus revelados pelo profeta Maomé sofre de *jahaliyya* (o estado de ignorância de uma sociedade ímpia), o qual se manifesta mediante falta de justiça social, obsessão por bens materiais, falta de ligação dos homens com Deus, dentre outros aspectos (COOK, 2012).

Qutb costuma ser apontado como uma figura que influenciou os grupos islâmicos radicais que proliferaram no mundo muçulmano nos anos 1970 e até mesmo a al-Qaeda. Entretanto, como defende Paulo Gabriel Pinto, uma leitura seletiva e estritamente política dos seus ideais foi responsável por alimentar essa onda de radicalismo, sendo possíveis outras interpretações dos seus textos focadas na reforma moral do indivíduo e não na luta armada. Como aponta o autor, o termo *jihad* se distinguiu para os teólogos medievais em dois tipos: a “grande *jihad*”, que parte do esforço de cada indivíduo para controlar seus impulsos e orientá-los para a devoção a Deus, e a “pequena *jihad*”, consistindo na luta armada pela defesa da comunidade islâmica (PINTO, 2010).

Independente da perspectiva adotada dos ensinamentos de Qutb, eles tiveram um papel central nos rumos da Irmandade Muçulmana e do islã político no Norte da África e Oriente Médio e acabaram por render a Qutb sua morte por enforcamento em

agosto de 1966. A partir daí, os membros da Irmandade vão assim se dividir: entre os seguidores de Qutb que se desligaram da organização e formaram uma “vanguarda” para defender seus ideais – ou uma interpretação específica deles – e aqueles que permaneceram organizados no âmbito da Irmandade, buscando evitar confrontações diretas com o regime depois da onda de repressão. Então, a IM passa a se comprometer com um caminho de relativa moderação; renuncia ao recurso à violência e tenta trabalhar com as estruturas políticas existentes, sem abrir mão das suas organizações locais, se estruturando “de baixo para cima”.

3 A ERA MUBARAK: REPRESSÃO SOB A JUSTIFICATIVA DE TERRORISMO

Mohammed Hosni Mubarak era vice-presidente de Anwar Sadat e assumiu o assento presidencial com o assassinato de Sadat em um atentado em nome da organização terrorista al Jihad, em 1981. Treinado como piloto de bombardeiro, a trajetória de Mubarak ao poder no Egito dos Oficiais Livres foi bastante rápida. No início da Guerra dos Seis Dias de 1967, Sadat o designou para assumir o cargo de chefe da Força Aérea e em 1972 ele se tornou comandante desta Força. Em 1973, o trabalho de Mubarak foi importante na fase inicial da Guerra de Outubro de 1973, quando o Egito conseguiu alguns avanços sobre Israel, ainda que para ser posteriormente derrotado. Em 1974, ele recebeu as três mais altas condecorações militares de Sadat e no ano seguinte foi designado ao posto de vice-presidente.

Nos anos 1980 e princípio dos 1990, Mubarak teve de enfrentar graves problemas econômicos em um Egito altamente endividado – o ápice foi em 1988 quando a dívida chegou a US\$ 46 bilhões – e sofrendo as repercussões negativas das reformas liberalizantes promovidas pelo seu antecessor, conhecidas como *infitah* (abertura). Desrespeitando uma série de acordos selados com o FMI, Mubarak soube usar da importância estratégica do seu país para os EUA para aliviar a dívida externa. A participação egípcia na Guerra do Golfo ao lado da coalizão chefiada por George H. W. Bush lhe rendeu bons frutos econômicos. Após o conflito, os EUA e os credores árabes cancelaram US\$ 20 bilhões da dívida egípcia,

dentre outras facilidades econômicas pressionadas pelos norte-americanos (COOK, 2012). Os EUA eram vistos como um parceiro interessante para o futuro do Egito e sua condição de potência regional, de modo que, nas décadas de 1980-1990, Washington forneceu recursos para o desenvolvimento econômico egípcio ao mesmo tempo em que pressionava pela formalização de um tratado de paz entre Egito e Israel.

Esse tipo de proximidade estratégica causava desconforto para alguns setores da política egípcia, sobretudo para a Irmandade Muçulmana, a esquerda e os nasseristas, os quais apontavam para as consequências dessa relação para o orgulho e soberania nacionais. Em meio a essas disputas na política egípcia e esses posicionamentos conflitantes, a década de 1990 (em especial, o período entre 1992 e 1997) foram particularmente sangrentos no país. O grupo extremista al Gama'a al Islamiyya perpetrou uma série de ataques terroristas em nome do seu ideal de estabelecimento de um Estado islâmico, tendo como alvos principais oficiais egípcios, turistas estrangeiros e escritores, num total de aproximadamente 13 mil assassinatos no período. Al Gama'a era liderado por Sheikh Omar Abdel Raham, conhecido pelos americanos por seu papel no atentando à bomba de 1993 do World Trade Center.

Diante da situação, a resposta do governo de Mubarak veio sob três formas (COOK, 2012). Uma delas consubstanciou-se numa campanha de informação voltada a deslegitimar o extremismo e a violência, incluindo desde a participação de autoridades islâmicas que apoiavam essa campanha até o uso da mídia controlada pelo Estado. Outra maneira empregada por Mubarak para fazer frente à onda de violência dos radicais islâmicos veio por meio de uma declaração de guerra aos extremistas e seus apoiadores. Isto resultou no julgamento e sentenciamento dos extremistas e em uma política de ataque direto às áreas do Cairo consideradas como focos de simpatizantes.

Outra estratégia adotada por Muabarak no combate aos extremistas, e que será aqui destacada, deu-se pela repressão da Irmandade Muçulmana, ainda que a organização em si não tenha se engajado em vias violentas por décadas (desde os anos 1970). Apesar da justificativa contrafactual, Mubarak e seus colegas no

governo se esforçaram para argumentar que a Irmandade era a fonte intelectual (remontando à interpretação mais radical dos escritos de Qutb) da onda de violência pela qual o país passava. Essa argumentação enviesada e inconsistente da realidade do islã político no Egito era proposital e bastante funcional para o governo de Mubarak. Ao aliar a Irmandade com a onda de violência no país perpetrada por outros grupos, o presidente encontrava um meio de atingir uma organização que havia começado a desafiar de forma não violenta a autoridade do Egito, sobretudo mediante sua penetração em associações profissionais e estudantis e prestação de serviços sociais em bairros e vilarejos. Além desse ganho na disputa política interna, ao reprimir a Irmandade e outros grupos que taxava de radicais islâmicos, o governo de Hosni Mubarak ganhava um meio extra de apoio diplomático, político e financeiro dos EUA. Assim, a Irmandade Muçulmana foi mantida na clandestinidade durante o governo Mubarak. Seus membros chegaram a disputar eleições para o fraco Parlamento egípcio na época, usando da estratégia de sustentar candidaturas oficialmente independentes, ainda que reconhecidamente vinculadas à Irmandade pelo eleitorado.

Um exemplo muito claro do desafio imposto pela Irmandade ao governo de Hosni Mubarak veio com o terremoto de Heliópolis de 1992. Nesse episódio, a diferença entre as capacidades do governo egípcio e da Irmandade se tornou patente e despertou fortemente no primeiro a necessidade de reprimir o segundo. Basicamente, o quadro verificado no pós-terremoto foi de um esforço de assistência governamental lento e de má qualidade, enquanto os Irmãos foram rápidos e eficientes. Em poucas horas, médicos, farmacêuticos e engenheiros afiliados à Irmandade começaram a prestar socorro a milhares de pessoas atingidas pelo tremor. Essa eficiência foi fruto da tradição da Irmandade Muçulmana de usar de serviços sociais para construir um movimento popular. Em regra, os oficiais faziam vistas grossas a essa prática pois ela aliviava a incapacidade do governo de atender às necessidades de grandes parcelas da população.

4 A ATUAÇÃO DA IRMANDADE MUÇULMANA NA REVOLUÇÃO EGÍPCIA

Na década anterior aos levantes populares, a economia egípcia teve seu melhor momento na história moderna. Auxiliada especialmente por investimentos externos avolumados, superiores a US\$ 10 bilhões em 2007, as finanças dessa nação com mais de 80 milhões de habitantes eram uma das grandes promessas da região. A entrada de dólares foi provocada principalmente por reformas liberais efetuadas pelo governo e se consubstanciaram em programas de privatização de inúmeras companhias, viabilizados por empréstimos do FMI. De 2000 a 2007, o Egito cresceu em média 5,3% ao ano e, durante a crise econômica, apresentou uma baixa menor que os Estados europeus, já sinalizando uma rápida retomada em 2010 (COOK, 2012).

O processo de desestatização das empresas causava relativo desgosto por parte da população, em particular porque era visto como uma forma de Mubarak e seus aliados se beneficiarem financeiramente. Grandes companhias estatais foram vendidas para empresários ligados ao regime, com acusações de que os preços teriam sido reduzidos de modo artificial. Entretanto, assim como na Tunísia, esse crescimento econômico não era sentido por expressivas parcelas da população, especialmente pelos jovens com formação universitária. Apesar do suposto dinamismo do país e das lideranças políticas afirmarem que havia oportunidades para todos, grande parte dos egípcios recebia salários baixíssimos, e mais de 20% de toda a comunidade estava abaixo da linha de pobreza. Para ilustrar esse cenário, Khalil (2012, p. 191) destaca que

mais de 7% das crianças egípcias com menos de cinco anos se encontravam desnutridas e com peso abaixo do recomendado pela Organização Mundial de Saúde – e metade das casas não tinha acesso a tratamento de esgoto, que era lançado *in natura* no meio ambiente, com 35% dos habitantes analfabetos.

Ademais, as disparidades entre as classes sociais também vinham aumentando na última década, com profundas diferenças entre o campo e as regiões mais urbanizadas. Com isso,

verificou-se um crescimento aumento da população das cidades, elevando de forma considerável a pressão nos já problemáticos serviços públicos, como hospitais e escolas. Marcado por suas ruas e prédios manchados de areia do deserto e poluição, o Cairo observava impotente a constituição semanal de bairros pobres, onde se abrigavam os recém-chegados do campo.

Como apontado, o crescimento econômico também não representava melhoria para um avolumado número de jovens, que, assim como na Tunísia, terminavam as faculdades sem perspectivas de futuro. Das 2,5 milhões de pessoas desempregadas, cerca de 850 mil possuíam alguma formação universitária, com o número aumentando ainda mais no Cairo (DE LEON; JONES, 2011). A maior parte desse contingente de desempregados era obrigada a atuar no mercado informal, sem registro ou proteção judicial de quaisquer abusos de patrões. Como evidenciado em visita ao país, em 2012, era comum encontrar jovens formados em cursos concorridos, como engenharia, trabalhando em lanchonetes e restaurantes. Piada recorrente: alguns afirmavam que logo teriam de ser PhDs para conseguir lavar pratos. Com os baixos salários, as variações na economia atingiam pesadamente essa parcela do povo, sobretudo com uma inflação galopante, com média de 16,5% ao ano. O poder central reagia com donativos de mantimentos, principalmente pães. Centros de doações cercados por filas quilométricas, em que mães eram obrigadas a passar as noites abraçadas aos filhos, contribuíam para a percepção de que o país era um Estado decadente.

Dessa forma, manifestações e protestos contra o regime ecoavam no Egito havia pelo menos dez anos, quase sempre reprimidos com violência. O movimento "*kefaya*" ("já chega", em árabe) já mobilizava indivíduos nos anos 2000, principalmente acusando a falta de comprometimento do governo com as causas do mundo árabe. Visto por grande parte da população como subserviente ao Ocidente, Mubarak era criticado por ser demasiado próximo de Israel e não ter se posicionado em relação às revoltas palestinas do início do século XXI. Era citada ainda a falta de críticas à presença militar norte-americana no Oriente Médio. Em muitos

cartazes brandidos durante as manifestações de 2011, podia-se ler: “O presidente só sabe falar hebraico”.

Outra estratégia de reivindicação popular eram as greves, organizadas por grupos trabalhistas com relativa independência ao regime. Mais de 3 mil paralisações aconteceram nos doze anos antes das revoltas, com demandas, como avanço nos salários e melhor ambiente de trabalho (COOK, 2012). As greves, cuja face mais visível eram longas marchas, acabavam por reunir pessoas que embora não necessariamente fizessem parte das classes em discussão, se sentiam insatisfeitas com o governo. Já usando mídias sociais, a frase “está com raiva? Acompanhe a marcha da greve” era disseminada pela internet para convocar jovens e descontentes. Preocupado com a Irmandade Mulçumana, o governo pareceu não perceber o possível poder de tais movimentações.

Dentro dessas premissas foi que começou a chamar atenção, entre os grupos que tentavam dar a mínima coordenação às entrópicas greves, o chamado “Movimento 6 de Abril”. Organizado, em sua maioria, por jovens que usavam incipientemente as redes sociais, o grupo já vinha conseguindo reunir conglomerações menores em sua área de influência. Assim, em 2010, quando o jovem ativista egípcio Khaled Said foi espancado até a morte pela polícia, em Alexandria, o ato de violência rapidamente se tornou um símbolo dessas lutas, principalmente através da maciça divulgação em canais como facebook e twitter. A frase “somos todos Khaled Said” se tornou um mote, e reuniu em páginas de discussão centenas de insatisfeitos com a corrupção e violência que pareciam ter se tornado rotina para o governo do Egito (PETRAS, 2012). Ao se voltar para o campo político, os insatisfeitos não encontravam espaço de manobra, constrangidos por um Poder Executivo centralizador e um Judiciário controlado por Mubarak, produtor de leis que impediam qualquer participação oposicionista mais reformadora.

Embora a Irmandade não tenha participado das manifestações iniciais em 25 de janeiro, organizadas essencialmente por estudantes e ativistas de direitos humanos, seu papel foi se destacando exponencialmente ao longo do tempo. Todavia, não se pode apontar, nesse caso, a IM como um grupo coeso (HAMID, 2012), mas

diferentes segmentos que ainda discutem, internamente, quais seriam os próximos passos do grupo. Contudo, uma das justificativas para o crescimento da sua participação ao longo dos protestos está justamente no grau de organização do grupo, que conseguiu coordenar suas bases de forma bastante rápida, não obstante as divisões internas. Apesar dessa participação inexpressiva nos momentos iniciais da revolução, a Irmandade foi ironicamente vinculada quase que automaticamente pelo governo à ocorrência das revoltas. Tratava-se da antiga estratégia de Mubarak, sobretudo para ganhar apoio externo, mas acabou por consolidar um imaginário, inclusive na mídia internacional, no qual o grupo ocupava papel predominante nas revoltas. Assim, tendo enfrentado a repressão do governo durante anos, os membros da Irmandade estavam entre os mais bem preparados para enfrentar a subsequente onda de violência exercida pelo governo.

Ainda como é interessante notar, as revoltas e confrontos aproximaram a Irmandade de egípcios que até então não tinham maior contato com o grupo. A Irmandade Muçulmana, desta forma, teve de adotar políticas novas para responder a inquietações e considerações da população. Outro aspecto importante, decorrente dessa consideração da IM como ponta de lança da revolução, foi a movimentação de governos estrangeiros para diálogo com o grupo. Em fevereiro de 2011, com Mubarak ainda no poder e a organização na ilegalidade, o Departamento de Estado norte-americano iniciou conversas públicas com a organização, inclusive afirmando que ela comporia “importante elo para a transição política do país” (WASHINGTON POST, 2011). Ademais, como aponta Hamid (2012), o grupo atuou de forma ainda mais presente nos bastidores, fornecendo, por exemplo, mantimentos para os manifestantes da Praça Tahrir. O impacto real do grupo dentro da revolução e principalmente no imaginário da população local é, dessa forma, incerto, porquanto as ações da Irmandade podem ser vistas como reativas ao quadro de contestações instalado, ao mesmo tempo em que contribuíram para o sucesso na derrubada de Hosni Mubarak.

Nota-se uma dupla característica explicativa do papel da IM nas revoltas. Primeiramente, o grupo era uma das agremiações mais organizadas do país, capaz de mobilizar rapidamente seus

membros, além de ser visto positivamente pela população em virtude dos serviços sociais de longa data. Além disso, percebe-se a construção de uma imagem, durante as revoltas, de liderança para o grupo, o que auxilia a explicar, por exemplo, por que se tornou um dos interlocutores das manifestações, até mesmo internacionalmente.

Com a queda de Mubarak e a ascensão do Conselho Supremo das Forças Armadas (SCAF, na sigla em inglês), foram marcadas eleições para compor o Parlamento. Tanto o SCAF quanto a Suprema Corte, contudo, iniciaram diversas movimentações para reestruturar as normas para as votações do Parlamento, com alterações importantes, por exemplo, nas reservas de cadeiras para votos diretamente aos candidatos ou em partidos específicos (FINANCIAL TIMES, 2012). Apesar de terem sido criadas para, *a priori*, evitar que o partido do regime anterior (NDP) ocupasse a maior parte das vagas, as modificações provocaram manifestações nas quais se acusava os militares de conter a democracia e moldar as eleições.

5 GOLPE NA REVOLUÇÃO?

Após as eleições, a configuração da “Assembleia do Povo”, a câmara mais baixa e poderosa do Legislativo egípcio, estabeleceu uma formatação que sinalizava, pelo menos imagetivamente, a vontade da população em eleger membros distintos daqueles da era Mubarak. Cerca de metade das 498 cadeiras foram ocupadas pelo partido da Irmandade Muçumana (Partido da Liberdade e da Justiça, criado em 2011), 20% por membros islâmicos mais conservadores e de 10% a 12% por componentes com alguma ligação forte com grupos religiosos (COLEMAN, 2012). Além de ser o primeiro congresso eleito democraticamente desde a queda do ditador, os parlamentares seriam responsáveis por formar uma Assembleia Constituinte que, esperava-se, reformataria a Carta Magna do país.

A grande presença de islâmicos no Parlamento provocou manifestações, pelo menos verbais, em todo o globo. Enquanto a secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, e o então presidente francês Nicolas Sarkozy deram sinais de aproximação

e concordância, desde que as regras democráticas fossem respeitadas, membros do governo israelense, por exemplo, afirmaram seu desconforto com a “crescente desintegração do Estado secular egípcio” (NY TIMES, 2012).

Contudo, a resposta mais forte foi interna: seis meses após as eleições parlamentares e há apenas dois dias para o segundo turno das eleições presidenciais, a Suprema Corte do país, ligada umbilicalmente ao Exército, dissolveu o Congresso. O órgão máximo do Judiciário citou incongruências nas votações, principalmente em relação a votos diretos e escolhas feitas para os partidos. Além disso, apontou-se uma lei de 1994, segundo a qual parlamentares não poderiam se envolver em revisões constitucionais. Com o esvaziamento da Câmara, o Conselho militar ficou responsável por designar um grupo para redigir a nova Constituição.

A repercussão dentro da Irmandade Mulçumana foi de indignação e acusações – mas as respostas efetivas foram divididas. Mohamed Morsi, o então candidato à presidência, apesar de se declarar “preocupado” com a decisão da Corte, se mostrou mais inquieto pela decisão, tomada ao mesmo tempo da desintegração do Parlamento, de acatar a candidatura à presidência de Ahmed Shakif, ex-primeiro-ministro de Mubarak (THE GUARDIAN, 2012). Morsi, que seria eleito mandatário do país, é professor da Universidade de Zaqic e formou-se em engenharia de materiais pela Universidade do Arizona, nos Estados Unidos, onde morou durante longo tempo. É visto como um moderado pela maior parte da comunidade internacional, a despeito de declaradamente professar o islamismo e ter ligações com membros mais conservadores. Apesar da sua ligação de longa data com a Irmandade Mulçumana, seus dois filhos possuem cidadania estadunidense e suas declarações são marcadas pelo tom conciliatório. Já como presidente, em junho, declarou o seguinte: “[eu] devo muito aos Estados Unidos, que me receberam e onde meus filhos viveram durante muitos anos. Pretendo estabelecer uma relação de paz e novos compromissos com o governo Obama”. (THE GUARDIAN, 2012).

Ao se tornar presidente, Morsi abdicou de todos os cargos que ocupava na Irmandade Mulçumana, afirmando ser um líder que

responderia a todo o “povo egípcio”. Como discutido anteriormente, por seu caráter amplo e com forte inserção social, a Irmandade Mulçumana possui uma inserção distinta de um “partido político clássico”. Isto, leva a discutir até que ponto tal medida foi tomada como forma de consolidar seu posicionamento mais conciliatório. A mensagem de Morsi é clara: embora islâmico e vinculado aos valores mais tradicionais, é possível se estabelecer ligações, intercessões com as ferramentas de organização ocidentais, como se discutirá em breve.

Ademais, a resposta de um segundo segmento da IM, mais próximo aos candidatos que haviam sido desligados do Parlamento pela decisão da Suprema Corte, os posicionou de forma mais dura. Acusando a decisão como um “Golpe judiciário”, esse grupo aponta a inevitável e irresoluta separação das formas islâmicas e árabes de governança das apresentadas pelo mundo ocidental.

6 MUNDOS DISTINTOS

É necessário, nesse momento, uma pequena digressão sobre a interpretação feita por alguns intelectuais e membros de partidos políticos do mundo islâmico. Essa análise não se pretende representativa de todos os pensadores da região, vista aqui como multifacetada e abrigando diversos pensamentos. Contudo, segundo se supõe o ponto agora abordado irá auxiliar na compreensão dos acontecimentos políticos no Egito.

Em 1982, durante um discurso em Trípoli, o então ditador líbio Muammar Gaddafi afirmava que o “grande problema do mundo árabe se chama ‘Tratado de Vestfália’” (GADDAFI, 2005). Independente se o ditador realmente acreditava na questão, ela é representativa de um sentimento presente na região. Hamid (2011) aponta existir uma crescente correlação, dentro do imaginário de certos segmentos árabes, de que a ascensão do Ocidente promove, necessariamente, a queda do islã. Em uma clássica movimentação de “jogo de soma zero”, a distribuição de poder global é finita e terá de ser ocupada por um desses dois polos. O exemplo maior seria o período compreendido entre a Idade Média e o Renascimento. Durante a chamada “Idade das Trevas”,

o Mundo Árabe teria tido seu auge, reunindo cientistas, pesquisadores e a amplitude geográfica do seu império, enquanto a Europa era acometida por atrasos e falta de influência. Entretanto, com a unificação dos poderes no Velho Continente, representado, justamente, pela ascensão do Estado-nação, o islã teria perdido espaço, prestígio e influência. As ferramentas de organização criadas pelo Ocidente, notadamente o Estado-nação, teriam, assim, sido produzidas oportunamente para conter o inexorável espírito árabe, tolhindo as características que o faziam grande. Gaddafi (2005), por exemplo, cita os “grandes prejuízos” provocados pela separação da religião da esfera política, a formação de soldados necessariamente nacionais para as Forças Armadas e a inexistência de fronteiras orgânicas.

Esse discurso, por mais conspiratório que possa soar, teve repercussões, em menor e maior grau, na Irmandade Mulçumana. Nessa análise, identificam-se duas respostas para tais questões, baseadas fortemente na estruturação histórica da Irmandade. Mencionados segmentos parecem ter assimilado tais questões e gerado ferramentas para tentar lidar com as pressões externas e os desafios internos de forma distinta mas não necessariamente oposta.

O primeiro grupo, possivelmente mais próximo do fundador do grupo, Hassan al-Banna, acredita na capacidade de se conceber métodos organizacionais que misturem pressupostos ocidentais com questões naturais do islã. Morsi poderia, dessa forma, se enquadrar dentro desse segmento, porquanto decide realizar os embates políticos dentro das regras impostas pelo mundo ocidental, sem obrigatoriamente objetivar destruí-las. Assim, o Estado-nação, essencialmente ocidental, poderia ser aplicado no Egito, desde que pressupostos islâmicos fossem atrelados.

Nesse caso, a solução para que o Cairo voltasse a possuir prestígio na arquitetura internacional estaria exatamente na capacidade das lideranças de encontrar o equilíbrio entre o Estado – organização política aceita pelos poderes internacionais – e as ferramentas dadas pelo islã, as quais anteriormente serviram para que o mundo árabe fosse uma das grandes potências do globo. A própria construção imagética que Morsi tenta estabelecer resume

bem tal questão: por um lado, moderado, cientista formado pelo Ocidente e fluente em inglês. Por outro, islâmico, membro de um grupo árabe notório e representante da população.

Além desses pontos, surge a discussão, em outros segmentos da Irmandade, da urgência de se desenvolver formas próprias, também baseadas no islã, para organizar a sociedade. Apesar de não apregoarem o fim do Estado, membros da Irmandade Muçumana vêm estabelecendo, ou pelo menos imaginando, modos distintos de tentar constituir o país. Essas atitudes tiveram sua intensidade ampliada após o fechamento do Parlamento pela Suprema Corte, vista por alguns segmentos do grupo como mais uma maneira das forças ocidentais enfraquecerem as aspirações islâmicas. Dentro dessa perspectiva, não há como se instituir esse *enmeshment* pretendido pelo segmento de Morsi.

A repercussão mais clara de tais interpretações foi a criação de bolsões de governança própria dentro do Egito (COLEMAN, 2012). Tais locais, iniciados no Cairo e depois espalhados por todo o país, formam *clusters organizacionais*, criados e dirigidos pela Irmandade. Dentro deles, a segurança e a administração são feitas por lideranças da organização e existem planos para o estabelecimento de escolas próprias. Após o fechamento do Congresso, a abertura desses locais foi radicalizada, mas sua existência remonta a uma dinâmica anterior. Pode-se ainda fazer uma relação com tal fenômeno com movimentações clássicas da urbe islâmica: em momentos de crise, era comum se fecharem os bairros, vistos como um prolongamento das famílias, principalmente para garantir a segurança. Segundo aponta Bissio (2008), tal movimentação levava à formação de relações mais próximas entre estes indivíduos. Isso significaria ainda confluência com o objetivo da Irmandade de retornar à sua origem, reforçando seu caráter socializante e próximo da comunidade.

No mapa a seguir ilustra-se bem tal evolução. Os círculos vermelhos representam os referidos bolsões, em junho de 2012. Nota-se a proximidade com a Praça Tahir, centro das revoltas no país e espécie de marco zero da cidade.

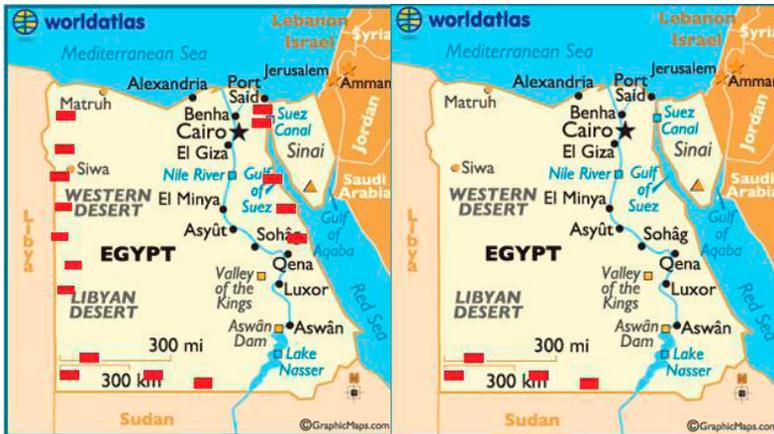
Mapa 1 – Cidade do Cairo



Fonte: Produção dos autores (2012).

Como apontado, essa expansão não se conteve ao Cairo, espalhando-se pelo país. Nos mapas a seguir, de fevereiro e junho de 2012, respectivamente, e formatados pelos autores mediante de informações coletadas em campo, mostra-se esta evolução. Nota-se a evolução na abertura de tais bolsões, principalmente após a dissolução do Parlamento. Os pontos vermelhos indicam a posição geográfica e não a escala real.

Mapa 2 – Evolução dos bolsões de segurança no Egito (fev.-jun. 2012)



Fonte: Produção dos autores (2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a importância estratégica do Egito para a dinâmica política do Oriente Médio, os rumos da revolução no país foram acompanhados de perto por países da região e além. O Cairo desempenha um papel central de referência política e cultural para grande parte do mundo árabe. Desse modo, o fato dos protestos terem ganhado suas ruas impactou nas expectativas de outros povos da região, similarmemente oprimidos por regimes autoritários (como Marrocos, Síria, Bahrein, etc.), encorajando suas reivindicações e desejos de mudança. Ao mesmo tempo, para atores como Israel e Estados Unidos, o movimento contestatório foi assistido com apreensão: ambos os atores temiam a chegada ao poder de grupos islâmicos que poderiam descartar os acordos de paz costurados e mantidos anteriormente à revelia de grande parte da população egípcia.

No entanto, segundo se pode afirmar, a ascensão democrática da Irmandade Muçulmana ao governo egípcio não impõe obstáculos expressivos aos interesses americanos no país ou repercussões de segurança necessariamente negativas para Israel. A percepção negativa atribuída, de maneira geral, à atuação política da

Irmandade Muçulmana se deve mais às décadas que a organização passou na ilegalidade, sendo reprimida politicamente em nome de falsas acusações de incitar a violência e o radicalismo islâmico, do que a uma avaliação factual dos seus posicionamentos.

Com efeito, a Irmandade e seus membros se opõem aos acordos de Camp David com Israel, porém a organização costuma atuar de maneira bastante pragmática, tendo em vista sua sobrevivência política no Egito no longo prazo. Sem jamais de fato assumido o poder no país, após décadas de atuação na ilegalidade, e tecendo sua rede de sociabilidade e prestação de serviços enquanto isso, a IM se mostra maleável em seus posicionamentos de modo a resguardar sua estrutura organizacional, ainda que isso implique algumas concessões ideológicas (HAMID, 2011). Neste âmbito, os bilhões de dólares que poderiam ser perdidos em ajuda econômica dos EUA pesam nas considerações e declarações do presidente Mohamed Morsi.

Em seu primeiro discurso como presidente eleito, Morsi buscou justamente assegurar que os temores de radicalização ou desestabilização que a chegada ao poder de um ex-membro da Irmandade Muçulmana poderiam suscitar eram, na verdade, injustificados: “Nós viemos ao mundo com uma mensagem de paz. Nós vamos manter as cartas e convenções internacionais e os acordos e compromissos que o Egito assinou com o mundo.” (BBC NEWS, 2012, tradução dos autores).

Enquanto Morsi e seus colegas da IM agora no governo buscam se inserir no jogo político-institucional e até ceder, em nome da sua sobrevivência no poder, em pontos caros aos muçulmanos e egípcios que historicamente apoiaram a Irmandade, a atuação de segmentos discordantes da organização – tais como os que promovem a criação dos “bolsões de não soberania” – pode ter repercussões securitárias internacionais incertas. Embora o presente trabalho não tenha por objetivo elaborar cenários prospectivos para a política egípcia após a revolução, uma possível frustração com o governo de Morsi e da moderada IM poderia exacerbar essa lógica de organização política paraestatal, desafiando o monopólio político reclamado pelo governo eleito. Por sua vez, o quadro de um Egito dividido internamente, parcialmente controlado por

grupos islâmicos de posicionamento mais conservador, e sem um governo central forte poderia trazer consequências de segurança para a região e para os interesses dos EUA na mesma. Há, no pior dos cenários, a possibilidade, em caso de descontentamento popular, de o grupo ser alijado do poder por outros agentes, como os militares. Tal horizonte torna as considerações políticas ainda mais complicadas, sobretudo ao se incluir nas variáveis a existência de uma formatação organizacional apresentada.

REFERÊNCIAS

BISSIO, B. J. I. N. . O mundo falava árabe. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 1. 347p .

BBC NEWS. Egypt president Mursi's first speech: key quotes. Available from: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-18577334>>. Access: 2012 Jul. 25.

COLEMAN, Juan. **Entrevista para os autores**, jun. 2012.

COOK, Steven A. **The struggle for Egypt: from Nasser to Tharir Square**. New York: Oxford University Press, 2012. 408 p.

DE LEON, Justin; JONES, Charlotte. Tunisia and Egypt: Unrest and Revolution. Nova Science Publishers, 2011

FINANCIAL TIMES, How will the Muslim Brotherhood govern Egypt? Available from <http://blogs.ft.com/the-world/2012/06/how-will-the-muslim-brotherhood-govern-egypt/>. Access 2012 Jul. 22

GADDAFI, Muammar. **My vision**. [S.l.]: John Blake, 2005.

HAMID, Shadi. Entrevista à Frontline **Revolution in Cairo**, 9 e 12 fev. 2011. Available from: <<http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/revolution-in-cairo/interviews/shadi-hamid.html>>. Access:2012 Jul. 23.

_____. **Entrevista para os autores**, mar. 2011.

KHALIL, Ashraf. Liberation Square: Inside the Egyptian Revolution and the Rebirth of a Nation. St. Martin's Press, 2012

MITCHELL, Richard P. **The society of the Muslim brothers**. New York: Oxford University Press, 1993.

NY TIMES. **What does Morsu mean for Israel**. Available from: <<http://www.nytimes.com/2012/07/04/opinion/what-does-morsi-mean-for-israel.html>>. Access: 2012 Jul.

PETRAS, James. *The Arab Revolt and the Imperialist Counterattack*. Clarity Press, 2012.

PINTO, Paulo G. H. R. **Islã**: religião e civilização, uma abordagem antropológica. Aparecida: Santuário, 2010. v. 1.

THE GUARDIAN. **Egypt reels from 'judicial coup'**. Available from: <<http://www.guardian.co.uk/world/middle-east-live/2012/jun/15/egypt-reels-judicial-coup-live>>. Access: 2012 Jul.

WASHINGTON POST, 2011. A 'cosmic wager' on the Muslim Brotherhood. Available on http://www.washingtonpost.com/opinions/a-cosmic-wager-on-the-muslim-brotherhood/2012/02/15/gIQAvIxbGR_story.html. Acesso on 2012 Jul.